

Taxa de juros domina debate

Brasília — A questão das taxas de juros bateu longe o problema da dívida externa nas preocupações dos 12 parlamentares do PMDB que inquiriram o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Foram duas horas e meia de debate.

Os altos juros, especialmente aos empréstimos rurais, pairaram acima das diferenças ideológicas, unindo três parlamentares de direita, dois de esquerda e um de centro.

Calmamente, o ministro da Fazenda reconheceu que os juros estão "extorsivos" e criticou os bancos afirmando que têm de voltar a agir como meros intermediários financeiros e devem usar os seus lucros no barateamento das taxas. Prometeu também um início de redução nas taxas a partir desse mês, numa reunião do presidente do Banco Central, Francisco Gros, com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

— Os meses de janeiro e fevereiro foram uma época de transição extremamente difícil, uma tempestade que fugiu ao controle do governo, mas agora, com a inflação baixando, temos um tempo diferente, em que vamos baixar os juros — assegurou Funaro.

Uma das perguntas mais duras partiu do deputado Paulo Almada (MG), pastor protestante, de ideário à direita. "Por que o governo, que enfrenta corajosamente os bancos estrangeiros, não enfrenta os bancos nacionais?", indagou. Funaro respondeu a esta e a outras indagações preocupadas sobre os juros elevados, explicando que, para se ter uma redução substancial nas taxas, é preciso também fazer baixar a inflação. Anunciou que o governo está abrindo novas linhas de crédito — para a micro, pequena e média empresa (Cz\$ 20 bilhões) e para a construção civil — elevando a liquidez (oferta de dinheiro) e, em consequência, contribuindo para a queda dos juros.

Os juros bancários foram tema das intervenções, além de Almada, dos deputados João Agripino (PB), de direita; Luiz Roberto Andrade Ponte (RS), ligado à construção civil, também de direita; Genebaldo Correia (BA), de centro; Ronan Tito (MG), da esquerda católica; e do senador Nelson Wedekin (SC), igualmente de esquerda. O ministro da Fazenda, diante da insistência de alguns desses parlamentares sobre o fim dos juros subsidiados à agricultura, disse que os custos dos empréstimos de custeio e investimento, além de terem prazos de amortização mais longos, passam a ser vinculados ao índice de preços pagos ao agricultor, acompanhando, portanto, a sua remuneração.

— Não é nenhuma surpresa a correção monetária para os empréstimos de investimento. Isto já ocorria antes do Plano Cruzado — lembrou ao deputado João Agripino, depois de elogiar seu pai, também João Agripino, ex-ministro de Estado, ex-governador da Paraíba, ex-senador.

Sem informar data, e local, Funaro anunciou a reunião do presidente do Banco Central, Francisco Gros, com a Fenaban para discutir a redução das taxas de juros. Assegurou que não se fará apelos aos banqueiros, "nem acordos de cavalheiros". O único detalhe que antecipou do encontro foi a comunicação que se fará aos banqueiros, de que os recursos destinados aos empréstimos às micro, pequenas e médias empresas retornarão no prazo de cinco dias ao Banco do Brasil se não forem usados pelos bancos privados.

Aplaudido, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), de esquerda, primeiro debatedor de uma lista de 44 inscritos — que acabou em 12, pelo não cumprimento de prazos curtos para perguntas —, queixou-se de que foi vaiado estrondosamente num dos maiores redutos eleitorais do PMDB pernambucano, o Morro da Conceição, no bairro de Casa Amarela, no Recife, por causa do pagamento do Imposto de Renda nas declarações deste ano, ano-base-86.

Esclareceu, em seguida, que quem pagar o Imposto de Renda este ano é a classe média, que ganha acima de 20 salários mínimos mensais, possui 30% da renda nacional e é responsável por 70% do Imposto de Renda recolhido na fonte. Funaro explicou, citando uma profusão de números, que esta faixa de contribuinte recolheu menos imposto na fonte no ano passado, em decorrência da Lei 7.450, de dezembro de 85, aprovada pelo Congresso Nacional.

Segundo o ministro da Fazenda, pelo sistema de bases correntes, dos 8 milhões de contribuintes a entregarem declarações este ano, 3,5 milhões terão um pequeno saldo de IR a pagar este ano, porque "não estiveram obrigados a fazer empréstimo não remunerado ao governo" — ou seja, não descontaram na fonte, mensalmente, mais do que efetivamente devem de Imposto de Renda. Os outros terão devolução, em pequena quantidade, também por causa do sistema de bases correntes. Funaro distribuiu um minucioso estudo da Receita Federal de 23 páginas, com 16 de gráficos e tabelas, em que se garante que a carga tributária não será elevada este ano.